



Exmo. Senhor
Eng.º Nuno Araújo
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário
de Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
Ofício n.º 4258

SUA COMUNICAÇÃO DE
22-12-2016

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

ASSUNTO: Pergunta n.º 1751/XIII/2.ª, de 22 de dezembro de 2016
Descargas de águas residuais, sem tratamento, junto ao Polis, advindas da ETAR de Gramido

Caro Nuno Araújo,

Na sequência do ofício acima identificado e em resposta à pergunta n.º 1751/XIII/2.ª, de 22 de dezembro de 2016, formulada pelos senhores deputados Pedro Mota Soares, Cecília Meireles, Álvaro Castelo Branco, Patrícia Fonseca, Ilda Araújo Novo e António Carlos Monteiro, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente de transmitir o seguinte:

1 - O Ministério do Ambiente tem conhecimento desta situação?

O Ministério do Ambiente teve conhecimento desta situação, no seguimento desta pergunta remetida, encontrando-se a avaliar o exposto.

2 - Quais os motivos que levam uma ETAR, que teve uma intervenção recente, a fazer descargas para o rio sem qualquer tratamento, poluindo-o, e a emitir maus cheiros?

A ETAR de Gramido foi alvo de obras de remodelação durante o ano de 2014, tendo entrado em fase de arranque em 2015. A descarga da referida ETAR está titulada através da licença n.º L002417.2015.RH3, válida até 2017/02/27. Os resultados do autocontrolo analítico efetuado apontam para o cumprimento das normas de descarga impostas na referida licença.

Mais se refere que de acordo com informação da Águas de Gondomar, SA (AG), entidade responsável pela gestão da ETAR de Gramido, não foi detetada qualquer anomalia no funcionamento da referida ETAR que possa ter originado o episódio reportado, nomeadamente o ocorrido no dia 6 de dezembro.

Não obstante, e em virtude de terem sido rececionadas algumas queixas por causa dos odores libertados pela ETAR, a APA/ARH do Norte efetuou fiscalizações à referida infraestrutura, nomeadamente em julho e setembro de 2016. No decurso dessas ações foram efetuadas colheitas de amostras de água residual à saída da ETAR, tendo os resultados analíticos evidenciado o cumprimento dos valores estabelecidos na legislação.



No entanto, pelo facto de esta ETAR possuir alguns órgãos de tratamento a céu aberto, aliados aos condicionalismos naturais relacionados com a localização da ETAR, a empresa implementou várias medidas mitigadoras.

Apesar da implementação das referidas medidas, as queixas persistiram, tendo a APA/ARH do Norte solicitado à AG o reforço de novas medidas que demonstrem maior eficácia na eliminação dos odores. Nesse sentido, a AG, em articulação com a Câmara Municipal de Gondomar, solicitou a diversas empresas um estudo mais aprofundado, em que sejam equacionados todos os cenários, que permitam a resolução desta situação de forma permanente.

3 - Que medidas vai o Ministério do Ambiente tomar para solucionar este problema?

O Ministério do Ambiente encontra-se a acompanhar a situação relativa aos odores, através da APA/ARH do Norte, tendo já solicitado indicação da solução prevista/a adotar para a resolução mais eficiente dos problemas de maus odores provenientes da ETAR de Gramido. A APA manter-se-á atenta a futuras eventualidades.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Ana Cisa

CG/VR